



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II AOS MEMBROS DO MOVIMENTO PELA VIDA

22 de Maio de 1998

1. Sede bem-vindos, caríssimos Irmãos e Irmãs, pertencentes ao Movimento pela Vida. Viestes a Roma de várias cidades italianas para renovar mais uma vez o vosso «sim» ao valor fundamental da vida e dar voz a tantos inocentes, cujo direito de nascer é posto em perigo. Saúdo com afecto D. Elio Sgreccia, Vice-Presidente da Pontifícia Academia para a Vida, e Sua Ex.cia o Sr. Carlo Casini, Presidente do Movimento, ao quem agradeço as palavras belas e fortes que houve por bem dirigir-me em vosso nome. Saúdo de igual modo todos os que nestes anos se empenharam activamente na defesa e promoção da vida humana.

Como recordei na Encíclica *Evangeliium vitae*: «a humanidade de hoje oferece- nos um espectáculo verdadeiramente alarmante, se pensarmos não só nos diversos âmbitos em que se realizam os atentados à vida, mas também na singular dimensão numérica dos mesmos, bem como no múltiplo e poderoso apoio que lhes é dado pelo amplo consenso social, pelo frequente reconhecimento legal, pelo envolvimento de uma parte dos profissionais da saúde» (n. 17).

Com profundo pesar constatamos que estes graves fenómenos se verificam também na Itália, onde nos últimos vinte anos três milhões e meio de crianças foram suprimidas com o favor da lei, além das que foram eliminadas de maneira clandestina. Contudo, perante tais dados preocupantes, a vossa presença tão numerosa e convicta é um sinal encorajador, que alimenta a esperança da vitória da verdade sobre as falsas justificações do aborto. E a verdade é que cada ser humano tem o direito à vida desde a sua concepção até à morte natural. Para os crentes, a esperança de que esta verdade se afirme encontra o seu fundamento em Cristo morto e ressuscitado, que envia o Seu Espírito ao mundo, a fim de infundir coragem e suscitar incansáveis defensores e testemunhas da verdade e da vida.

2. Hoje, temos motivos de conforto que nos vêm da parte de quantos constataam, a nível político, a falência das leis abortistas, que não só não aboliram o aborto clandestino mas, ao contrário, contribuíram para a ulterior diminuição da natalidade e, por vezes, para a degradação da moralidade pública. Estes dados evidenciam a urgente necessidade de se empenhar na promoção e defesa da instituição familiar, primeiro recurso da sociedade humana, sobretudo no que se refere ao dom dos filhos e à afirmação da dignidade da mulher. Com efeito, não são poucos os que, considerando a dignidade da mulher como pessoa, esposa e mãe, vêem na legislação abortista uma derrota e humilhação para a mulher e para a sua própria dignidade.

Grande motivo de conforto é também a vossa obra, queridos membros do Movimento pela Vida: graças ao empenho detalhado e pontual dos Centros de Ajuda por vós promovidos, foi possível salvar mais de quarenta mil crianças e assistir um igual número de mulheres. Este resultado prometedo demonstra que, quando é oferecido um apoio concreto, apesar dos problemas e condicionamentos por vezes até dramáticos, a mulher é capaz de fazer triunfar dentro de si o sentido do amor, da vida e da maternidade.

O vosso benemérito empenho incidiu positivamente nas consciências dos indivíduos, onde com frequência «se consuma o eclipse do sentido de Deus e do homem, com todas as suas múltiplas e funestas consequências sobre a vida» (*Ibid.*, 24) e na «consciência moral da sociedade», que «é, de algum modo, responsável, não só porque tolera ou favorece comportamentos contrários à vida, mas também porque alimenta a cultura da morte, chegando a criar e consolidar verdadeiras e próprias estruturas de pecado contra a vida» (*Ibid.*).

A rede de atenção à vida nascente, que o vosso Movimento conseguiu construir, suscitando o interesse das instituições políticas e de amplos estratos da sociedade, leva a pensar que se a acção de tantos voluntários, apoiada por uma solidariedade mais explícita, fosse admitida no interior das estruturas públicas de saúde, alcançaria resultados ainda maiores em benefício das numerosas vidas inocentes.

Faço votos por que as paróquias e as dioceses tirem proveito da vossa experiência, para activar estruturas orgânicas de auxílio à vida não só do nascituro, mas também dos adolescentes, dos idosos e das pessoas sozinhas e abandonadas.

3. À ajuda concreta e a uma específica acção educativa, que envolva a inteira comunidade eclesial, deve corresponder o empenho político pelo pleno reconhecimento da dignidade e dos direitos do nascituro e pela revisão de leis que legitimam a sua supressão. Nenhuma autoridade humana, nem sequer o Estado, pode justificar moralmente o homicídio do inocente. Esta trágica transformação de um crime em direito (cf. *Evangelium vitae*, 11) indica uma preocupante decadência da civilização. Com efeito, as leis abortistas além de ferir a lei impressa pelo Criador no coração de cada homem, manifestam uma forma incorrecta de democracia, propõem um conceito redutivo de socialidade e revelam uma carência de empenho por parte do Estado em

relação à promoção dos valores.

Por conseguinte, uma acção eficaz neste âmbito deve ter como objectivo a reconstrução dum horizonte de valores, que se traduza numa clara afirmação do «direito à vida» nas Cartas internacionais e nas leis nacionais.

4. Por outro lado, o progresso económico e social não pode ter um fundamento firme e esperanças concretas, se na sua base se encontra o desconhecimento do direito à vida. Uma sociedade incapaz de avaliar devidamente a riqueza representada por um filho que nasce, e de apreciar a vocação da mulher para a maternidade, não tem futuro.

Como recordei na Encíclica *Evangeliium vitae*, no mundo contemporâneo está presente «uma estranha contradição: precisamente numa época em que se proclamam solenemente os direitos invioláveis da pessoa e se afirma publicamente o valor da vida, o próprio direito à vida é praticamente negado e espezinhado, particularmente nos momentos mais emblemáticos da existência, como são o nascer e o morrer» (n. 18).

Perante tais posições ambíguas, desejo recordar que o respeito pela vida, desde a sua concepção até à morte natural, constitui o momento essencial da moderna questão social. Faltar a esse respeito nas sociedades desenvolvidas tem graves repercussões nos Países em vias de desenvolvimento, onde ainda se insiste nas perniciosas campanhas antinatalidade, e se manifesta sobretudo nos âmbitos da procriação humana artificial e do debate relativo à eutanásia.

5. Caríssimos Irmãos e Irmãs do Movimento pela Vida, perseverai no vosso corajoso empenho! Todos os vossos sacrifícios e sofrimentos serão recompensados pelo sorriso de tantas crianças que, graças a vós, poderão rejubilar com o dom inestimável da vida. Encorajo-vos cordialmente a realizar todos os esforços para que seja efectivamente reconhecido a todos o direito à vida e se construa uma autêntica democracia, inspirada nos valores da civilização do amor.

Confio cada um de vós e todos os vossos bons projectos a Maria, «Mãe dos vivos» e, ao garantir-vos a minha quotidiana oração, concedo de bom grado a vós e às vossas iniciativas a Bênção Apostólica.

© Copyright - Libreria Editrice Vaticana